



FUNDAÇÃO MARIA MANUELA
E VASCO DE ALBUQUERQUE D'OREY

RELATÓRIO E CONTAS

31 DE DEZEMBRO DE 2024



FUNDAÇÃO MARIA MANUELA
E VASCO DE ALBUQUERQUE D'OREY

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2024

Durante o ano 2024 continuou-se a procura de levar por diante os pontos de acção que foram definidos a seu tempo pelo Conselho de Administração.

O que efectivamente conseguimos concretizar foi:

- a digitalização do livro "Luis Mousinho de Albuquerque: Um intelectual na revolução" da autoria de Magda Pinheiro para que possamos proceder à sua re-edição. Existem pedidos de aquisição deste livro que oportunamente queremos satisfazer.
- a re-edição do livro "d'Orey, a 1ª Geração" que foi disponibilizado para venda e que foi objecto de algumas encomendas e vendas já no início de 2025.
- a adjudicação do restauro do vitral do jazigo no Cemitério dos Prazeres. Decidimos pedir este trabalho à especialista Clarisse Duarte da Silva que enfrentou inúmeras dificuldades com o cemitério até se conseguir finalmente que pudesse avançar como pretendido. Só com intervenções junto da Câmara Municipal de Lisboa se conseguiu desbloquear o assunto. Há um conluio de prestadores de serviços nos cemitérios que tentam evitar que outros façam trabalhos e que haja uma sã concorrência e oportunidade de escolha.

Em plano menos positivo não foram conseguidos avanços no website e também não se conseguiu promover a realização de um almoço alargado da família. O primeiro por razões tecnológicas e de encontrar uma solução prática para colocar a árvore genealógica, o segundo porque requer que encontremos um conjunto de membros da família que tenham a vontade e a disponibilidade para promover a iniciativa e também que possamos assumir um risco base financeiro.

A Fundação tentou organizar, em conjunto com a Associação Montepio, um curso designado "Portugal Contemporâneo", ministrado pelo Prof. Lourenço Pereira Coutinho, mas acabou por não se conseguir a conjugação de factores que pretendíamos. É uma iniciativa com mérito e que poderemos eventualmente tentar retomar.

No curso do processo de organização do referido curso a administradora Catarina Verde d'Orey ficou muito insatisfeita e apresentou a sua demissão já no início de 2025. É uma decisão que lamentamos, mas que temos que aceitar. Agradecemos à Catarina a sua contribuição durante o período em que integrou o Conselho de Administração.

Durante o curso de 2024 a Fundação viu reduzidas as contribuições que estava a receber. Existe uma real limitação dos recursos de que dispomos o que dificulta as iniciativas que se podem levar a cabo e os objectivos que se podem concretizar.

Não podemos, em qualquer caso, deixar de agradecer todas as contribuições que generosamente são dadas à Fundação e que asseguram a sua continuidade. Num horizonte mais largo esperamos que permitam à Fundação levar a cabo mais iniciativas em prol da família e dos seus membros.

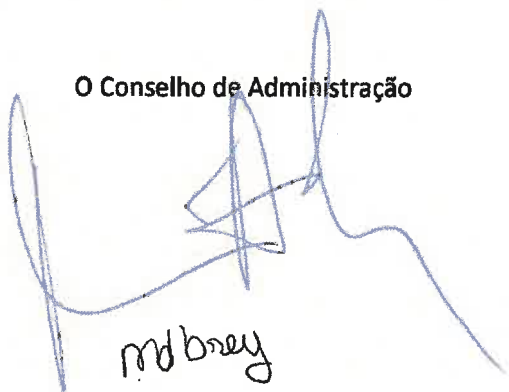
O resultado líquido da Fundação, apurado em 2024, foi de 1,077.82 Euros (mil e setenta e sete euros e oitenta e dois cêntimos) o que compara com o resultado de 8,292.54 Euros apurado em 2023.

Propomos que o resultado de 1,077.82 Euros tenha a seguinte aplicação:

- Para resultados transitados: 1,077.82 Euros

Lisboa, 21 de Abril de 2025,

O Conselho de Administração



Rubricas	NOTAS	Períodos	
		2024	2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	10 913,22	11 136,02
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	5		
Investimentos financeiros			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Total do ativo não corrente		10 913,22	11 136,02
Ativo corrente			
Inventários	7	1 273,59	
Clientes	16		2 000,00
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	16		
Fundadores/beneméritos/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber		237,24	
Diferimentos		203,38	128,30
Outros ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	16	15 695,38	17 208,63
Total do ativo corrente		17 409,59	19 336,93
Total do ativo		28 322,81	30 472,95
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		798 076,64	798 076,64
Excedentes técnicos			
Reservas		44 309,61	44 309,61
Outras reservas			
Resultados transitados	16	-817 353,08	-825 645,62
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais			
Resultado líquido do período		1 077,82	8 292,54
Total do fundo de capital		26 110,99	25 033,17
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	6		
Outras contas a pagar			
Total do passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	16		1 001,93
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	16	291,82	2 654,35
Fundadores/beneméritos/doadores/associados/membros		37,50	
Financiamentos obtidos	6		
Diferimentos			
Outras contas a pagar		1 882,50	1 783,50
Outros passivos financeiros			
Total do passivo corrente		2 211,82	5 439,78
Total do passivo		2 211,82	5 439,78
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		28 322,81	30 472,95

Órgão Diretivo:

Contabilista Certificado n.º

2795

FUNDAÇÃO M.MANUELA E V.A.D'OREY

Contribuinte: 502117907

Demonstração dos resultados por naturezas em 31 dezembro 2024

Moeda: EURO

Rúbrica	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Vendas e serviços prestados	22		
Subsídios à exploração			
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos Inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	27	-3 881,90	-8 955,35
Gastos com o pessoal	28		
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14		
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos	29,32	6 420,76	20 577,68
Outros gastos	30	-946,42	-902,64
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 592,44	10 719,69
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	31	-222,80	-222,80
Imparidade de investimentos depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 369,64	10 496,89
Juros e rendimentos similares obtidos	26		
Juros e gastos similares suportados	26		
Resultado antes de impostos		1 369,64	10 496,89
Imposto sobre o rendimento do período		-291,82	-2 204,35
Resultado líquido do período		1 077,82	8 292,54

Órgão de Direção:

Contabilista Certificado n.º

2799

FUNDAÇÃO M.MANUELA E V.A.D'OREY

Contribuinte: 502117907

Demonstração de fluxos de caixa - período findo em 31 dezembro 2024

Moeda: EURO

Rúbrica	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	5	5 000,00	10 415,00
Pagamentos a fornecedores	24	-6 160,73	-6 598,91
Pagamentos ao pessoal	28		
Caixa gerada pelas operações		-1 160,73	3 816,09
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-2 204,35	-267,88
Outros recebimentos/pagamentos		-1 535,67	5 095,85
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-4 900,75	8 644,06
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	9		
Ativos intangíveis	8		
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	9		
Ativos intangíveis	8		
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares	26		
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	26		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	26		
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de Financiamento		3 387,50	
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	26		
Juros e gastos similares	26		
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	26		
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		3 387,50	
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-1 513,25	8 644,06
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		17 208,63	8 564,57
Caixa e seus equivalentes no fim do período		15 695,38	17 208,63
Caixa e seus equivalentes no fim do período - BALANCETE		15 695,38	17 208,63

Órgão de Direção:

Contabilista Certificado n.º

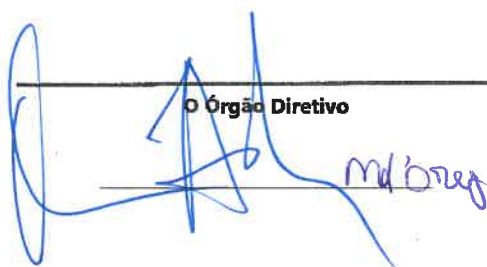
2799

ANEXO

2024

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
Designação	FUNDAÇÃO M.MANUELA E V.A.D'OREY
Morada	RUA CASTILHO Nº14 C 4
Código postal	1250-069
Localidade	LISBOA

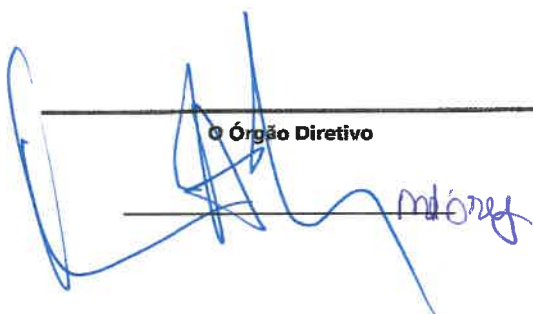
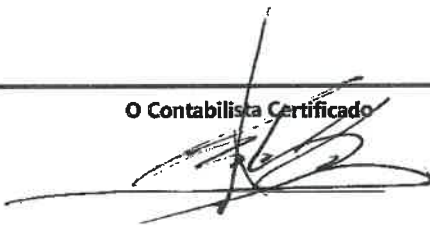
DADOS DA ENTIDADE	
Número de identificação fiscal (NIF)	502117907
Classificação de atividade económica (CAE)	94995
Conservatória	
Capital social	798076,64


O Órgão Diretivo


O Contabilista Certificado

ÍNDICE DO ANEXO

1)	Nota 1 - Identificação da entidade.....	3
2)	Nota 2 - Referencial contábilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	3
3)	Nota 3 - Principais políticas contábilísticas.....	4
4)	Nota 4 - Ativos fixos tangíveis.....	7
5)	Nota 5 - Ativos intangíveis.....	8
6)	Nota 6 - Custos de empréstimos obtido.....	9
7)	Nota 7 - Inventário e ativos biológicos.....	10
8)	Nota 8 - Rendimentos e gastos.....	11
9)	Nota 9 - Provisões.....	13
10)	Nota 10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas.....	14
11)	Nota 11 - Instrumentos financeiros.....	14
12)	Nota 12 - Benefícios de empregados.....	14
13)	Nota 13 - Acontecimentos após a data do balanço.....	14
14)	Nota 14 - Agricultura.....	14
15)	Nota 15 - Informações exigidas por diplomas legais.....	15
16)	Nota 16 - Outras divulgações.....	15


O Órgão Diretivo
O Contabilista Certificado

FUNDAÇÃO M.MANUELA E V.A.D'OREY**Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024**

(Valores expressos em euros)

1) Nota 1 - Identificação da entidade

A Entidade FUNDAÇÃO M.MANUELA E V.A.D'OREY, tem a sua sede em LISBOA, com o número de identificação fiscal (NIF) 502117907, com o CAE n.º 94995. A Entidade tem como atividade principal a OUTRAS ACTIVIDADES ASSOCIATIVAS, N.E..

2) Nota 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**a) Referencial Contabilístico**

Em 2024 as demonstrações financeiras da foram preparadas de acordo com a Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, que integra o regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL), que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, adaptado pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano, a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

O Órgão Diretivo

O Contabilista Certificado

3

g) Eventos Subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo ESNL.

3) Nota 3 - Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade, aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de FUNDAÇÃO M.MANUELA E V.A.D'OREY são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

3.2. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas, inicialmente, pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis, e subsequentemente pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por entidade especializada independente. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do período, na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os ativos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento, só passam a ser reconhecidos como tal, após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do ativo a qualificar como propriedade de investimento, esse ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento". No final do período de promoção e construção desse ativo, a diferença entre o custo de construção e o justo valor nessa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos

O Órgão Diretivo

O Contabilista Certificado

resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados na rubrica propriedades de investimento.

3.3. Investimentos financeiros

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em entidades associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando, a proporção da Entidade, nos prejuízos acumulados da entidade associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o fundo de capital da entidade associada não for positivo, exceto quando a Entidade tenha assumido compromissos para com a entidade associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados, em transações com entidades associadas, são eliminados proporcionalmente ao interesse da Entidade nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

3.4. Imposto sobre o rendimento

Entidade encontra-se sujeita, mas isenta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). No entanto, está em casos restritos sujeita à tributação autónoma às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

3.5. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma, a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.6. Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no fundo patrimonial, na rubrica "Reserva de justo valor" até o ativo ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

3.7. Ativos não correntes detidos para venda

Os investimentos disponíveis para venda consideram-se aqueles que não são enquadráveis nem como "investimentos mensurados ao justo valor" através de resultados nem como "investimentos detidos até à maturidade". Estes ativos

O Órgão Diretivo

O Contabilista Certificado

são classificados como "ativos não correntes", exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses a contar da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contractos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transação, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os "investimentos mensurados ao justo valor através de resultados" e os "investimentos disponíveis para venda" são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos "investimentos disponíveis para venda" são registados no fundo patrimonial, na rubrica "Reserva de justo valor" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

3.8. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.9. Fundo social

As ações ordinárias são classificadas em fundo patrimonial.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

3.10. Fomecedores e outras contas a pagar

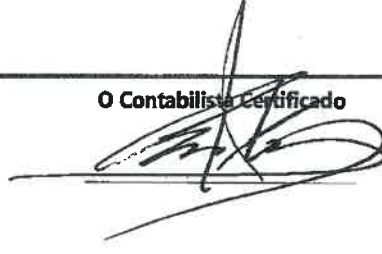
As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.11. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.


O Órgão Diretivo


O Contabilista Certificado

3.12. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.13. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

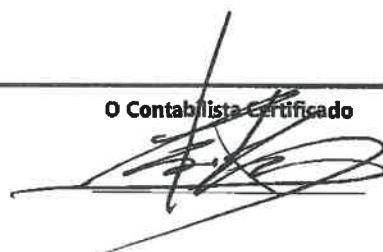
Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

3.14. Reconhecimento do rédito em contratos de construção

A Entidade reconhece os resultados das obras de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data de balanço e a soma destes custos com os custos estimados para completar a obra. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os indicadores mais recentes de produção.

4) Nota 4 - Ativos fixos tangíveis


O Órgão Diretivo


O Contabilista Certificado

Os ativos fixos tangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil, estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso, representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias, resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos fixos tangíveis de 2024.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31 de dezembro de 2024				
	Saldo em 1/jan/24	Movimento Período	Abates Transf.	Revaloriz.	Saldo em 31/dez/24
Ativo bruto					
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	90 944	-	-	-	90 944
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	16 039	-	-	-	16 039
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
Total do ativo bruto	106 983	-	-	-	106 983
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	90 517	223	-	-	90 739
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	5 330	-	-	-	5 330
Total de depreciações acumuladas	95 847	223	-	-	96 069
Total do ativo líquido	(11 136)	223	-	-	(10 913)

5) Nota 5 - Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

O Órgão Diretivo

O Contabilista Certificado

8

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Entidade. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos intangíveis de 2024.

	1/jan/24	Período	Transf.	Revaloriz.	31/dez/24
Ativo bruto					
Bens do domínio público	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-
Programas de computador	-	-	-	-	-
Propriedade industrial	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-
Total do ativo bruto	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas					
Goodwill	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-
Programas de computador	-	-	-	-	-
Propriedade industrial	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-
Total de depreciações acumuladas	-	-	-	-	-
Total do ativo líquido	-	-	-	-	-

6) Nota 6 – Custos de empréstimos obtido

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos.

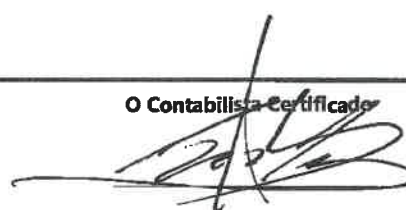
Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda.

O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda.

A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas.

Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos ativos.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o saldo da rubrica "financiamentos obtidos" está discriminado como se segue:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31/dez/24		31/dez/23	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	-	-	-	-
Descobertos bancários	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-
Contas bancárias de factoring	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-
Descobertos bancários contratados	-	-	-	-
Locações financeiras	-	-	-	-
Outros empréstimos	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-

7) Nota 7 - Inventário e ativos biológicos

Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio habitual, ou em alternativamente o método do custo específico. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados ao justo valor, deduzido dos custos estimados de venda do produto no momento da colheita.

Na determinação do justo valor foi utilizado o método do valor presente de fluxos de caixa descontados, os quais foram apurados através de um modelo desenvolvido internamente, no qual foram considerados pressupostos correspondentes à natureza dos ativos em avaliação, nomeadamente, a produtividade, o preço de venda do produto deduzido dos custos da plantação e manutenção e da colheita e transporte e a taxa de desconto.

A taxa de desconto utilizada corresponde a uma taxa de mercado, determinada tendo em consideração a rentabilidade que a Entidade espera obter.

As alterações ao justo valor resultantes de alterações de estimativas de crescimento, período das campanhas, preço, custo e outras premissas são reconhecidas como proveitos ou gastos operacionais.

O Órgão Diretivo

O Contabilista Certificado

10

No momento da campanha, o produto é valorizado ao justo valor menos os custos estimados no ponto de venda.

O consumo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas, assim como, a discriminação do inventário apresentado pela gerência a 31 de dezembro de 2024 e 2023, é descrito na seguinte tabela:

INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS	31/dez/24	31/dez/23
Inventário inicial	-	-
Compras de inventários e act. biológicos consumíveis	1 274	-
Reclassificação e regularização de inventários e act. biológicos consumíveis	-	-
CMVMC - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	-
Inventário final	1 274	-

8) Nota 8 – Rendimentos e gastos

Vendas e serviços prestados

A decomposição de 2024 e 2023 nesta rubrica é apresentada na tabela seguinte:

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	31/dez/24	31/dez/23
Vendas de Mercadorias	-	-
Prestação de Serviços	-	-
TOTAL	-	-

Outros rendimentos

Os outros rendimentos discriminam-se como:

OUTROS RENDIMENTOS	31/dez/24	31/dez/23
Quotas de Associados	6 421	19 130
Rendimentos de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Rendimentos	-	1 448
TOTAL	6 421	20 578

Resultados financeiros

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos "resultados financeiros" dos períodos de 2024 e 2023:

RESULTADOS FINANCEIROS	31/dez/24	31/dez/23
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Juros e gastos similares suportados	-	-
Juros suportados	-	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Resultados financeiros	-	-

Fornecimentos e serviços externos:

A seguinte tabela evidencia a repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de dezembro de 2024 e 2023:

O Órgão Diretivo

O Contabilista Certificado

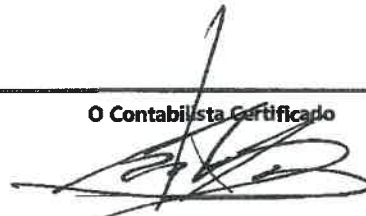
11

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	31/dez/24	31/dez/23
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	3 882	8 665
Trabalhos especializados	2 382	4 926
Publicidade e propaganda	-	-
Vigilância e Segurança	-	-
Honorários	-	-
Comissões	-	-
Conservação e reparação	1 353	3 549
Outros	147	190
Materiais	-	175
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	-	-
Livros e documentação técnica	-	20
Material de escritório	-	155
Artigos para oferta	-	-
Outros	-	-
Energia e fluidos	-	-
Eleticidade	-	-
Combustíveis	-	-
Água	-	-
Outros	-	-
Deslocações, estadas e transportes	-	-
Deslocações e estadas	-	-
Transportes de pessoal	-	-
Transportes de mercadorias	-	-
Outros	-	-
Serviços diversos	-	116
Rendas e alugueres	-	-
Comunicação	-	116
Seguros	-	-
Royalties	-	-
Contencioso e notariado	-	-
Despesas de representação	-	-
Limpeza, higiene e conforto	-	-
Outros serviços	-	-
TOTAL	3 882	8 955

Gasto com o pessoal



O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado

O quadro seguinte apresenta a repartição dos gastos com pessoal nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2024 e 2023:

GASTOS COM O PESSOAL	31/dez/24	31/dez/23
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	-	-
Seguro de acidentes no trabalho e doenças profissionais	-	-
Gastos de acção social	-	-
Outros gastos com o pessoal	-	-
TOTAL	-	-

Provisões

A Entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está evidenciado na seguinte tabela:

PROVISÕES	31/dez/24	31/dez/23
Saldo a 1 de janeiro	-	-
Aumento de provisões	-	-
Reversão de provisões	-	-
Utilização de provisões	-	-
Saldo a 31 de dezembro	-	-

Outros gastos e perdas

A tabela seguinte mostra de uma forma discriminada a rubrica "outros gastos e perdas" considerados nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2024 e 2023:

OUTROS GASTOS E PERDAS	31/dez/24	31/dez/23
Impostos	76	3
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	-	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	-
Correções relativas a períodos anteriores	20	-
Donativos	850	900
Quotizações	-	-
Ofertas e amostras de inventários	-	-
Insuficiência da estimativa para impostos	-	-
Outros gastos e perdas não especificados	-	-
TOTAL	946	903

9) Nota 9 - Provisões

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está evidenciado na seguinte tabela:

PROVISÕES	31/dez/24	31/dez/23
Saldo a 1 de janeiro	-	-
Aumento de provisões	-	-
Reversão de provisões	-	-
Utilização de provisões	-	-
Saldo a 31 de dezembro	-	-

10) Nota 10 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

A decomposição de 2024 nesta rubrica é apresentada na tabela seguinte:

SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	31/dez/24	31/dez/23
Subsídios das entidades públicas	-	-
Subsídios de outras entidades	-	-
Doações e heranças	-	-
Legados	-	-
TOTAL	-	-

11) Nota 11 – Instrumentos financeiros

A entidade não teve operações relacionadas com instrumentos financeiros.

12) Nota 12 – Benefícios de empregados

A entidade não teve operações relacionadas com benefícios de empregados.

13) Nota 13 – Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

14) Nota 14 - Agricultura

O Órgão Diretivo

O Contabilista Certificado

14

A entidade não teve operações relacionadas com agricultura.

15) Nota 15 - Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, e que situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

16) Nota 16 - Outras divulgações

Fluxos de caixa

A tabela seguinte apresenta a desagregação dos valores inscritos nas rubricas de meios financeiros líquidos:

MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	31/dez/24	31/dez/23
Caixa	-	-
Depósitos à ordem	15 695	17 209
Outros depósitos bancários	-	-
Outros instrumentos financeiros	-	-
TOTAL	15 695	17 209

Clientes

O saldo correspondente à rubrica de Clientes no final do exercício 2024 e 2023 apresenta a seguinte decomposição:

CLIENTES	31/dez/24	31/dez/23
Clientes c/c	-	2 000
Clientes - Títulos a receber	-	-
Clientes factoring e outros	-	-
Clientes cobrança duvidosa	-	-
Clientes perda por imparidade acumuladas	-	-
TOTAL	-	2 000
Adiantamentos de Clientes	-	-



O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado

Fornecedores

O saldo correspondente à rubrica de Fornecedores no final do exercício 2024 e 2023 apresenta a seguinte decomposição:

FORNECEDORES	31/dez/24	31/dez/23
Fornecedores conta corrente	-	1 002
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores confirming e outros	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Fornecedores perdas por imparidade acumuladas	-	-
TOTAL	-	1 002
Adiantamentos a fornecedores	-	-

Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	31/dez/24	31/dez/23
Ativo	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Segurança social	-	-
Outros impostos e taxas	-	-
Passivo	(292)	(2 654)
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	(292)	(2 204)
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	-	(450)
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Segurança social	-	-
Outros impostos e taxas	-	-
TOTAL	(292)	(2 654)

O Órgão Diretivo

O Contabilista Certificado

16

Associados e Membros

A decomposição de 2024 nesta rubrica é apresentada na tabela seguinte:

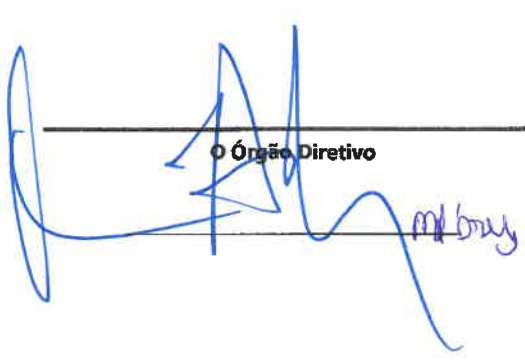
ASSOCIADOS/MEMBROS	31/dez/24	31/dez/23
Fundadores	-	-
Doadores	-	-
Patrocinadores	-	-
Assoaciados/Membros-Saldos Devedores	-	-
Assoaciados/Membros-Saldos Duvidosos	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	0	0
Assoaciados/Membros-Saldos Credores	0	0
Lucros disponíveis	-	-
Empréstimos concedidos - Fund./Associados/Membros	-	-
Outras operações	-	-
Total:	-	-

Resultados transitados

Por decisão da assembleia geral foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica resultados transitados.

Entidades relacionadas

A entidade não participa em qualquer entidade.


O Órgão Diretivo
O Contabilista Certificado